



Representações sociais sobre criança emergentes de situações de hétero medicação moral-infantil: Uma psiquiatria espontânea?

*Social representations about children emerging from hetero-moral medication situations:
A spontaneous psychiatry?*

*Representaciones sociales sobre los niños que emergen de
situaciones de medicación hétero moral-infantil:
¿Una psiquiatría espontánea?*

Ricardo Cortez Lopes¹

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

A hétero medicação de crianças para diferentes fins é fenômeno bastante comum na contemporaneidade. Propomos, neste espaço, um estudo sobre os casos em que os responsáveis ministram medicamentos sem prescrição para crianças com o fito de as acalmar durante sua convivência. A partir de uma metodologia mista, foram estudados doze casos ocorridos no Brasil e seus respectivos comentários na internet com relação aos acontecimentos. O cruzamento dos dados indica que há um núcleo central dessa representação, a dificuldade no trato com as crianças, e elementos periféricos que acham aceitável ou não a hétero medicação moral-infantil. Essa concepção sobre criança tem implicação direta sobre a atividade educativa, uma vez que o comportamento infantil enseja planejamentos de políticas públicas e de abordagens pedagógicas, o que reforça a relevância desse estudo para a área da Educação.

Palavras-chave: Hétero medicação moral-infantil; Representação social; Psiquiatria espontânea.

ABSTRACT

Hetero medication of children for different purposes is a very common phenomenon nowadays. In this space, we propose a study on cases in which guardians administer over-the-counter medications to children in order to calm them down during their interactions. Using a mixed methodology, twelve cases that occurred in Brazil and their respective comments on the internet regarding the events were studied. The crossing of data indicates that there is a central core of this representation, the difficulty in dealing with children, and peripheral elements that find acceptable or not the hetero-moral-infant medication. This conception of children has a direct implication on educational activity, since child behavior entails planning of public policies and pedagogical approaches, which reinforces the relevance of this study for the field of Education.

Keywords: Hetero-moral-infant medication; Social representation; Spontaneous health sciences.

¹Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0003-0808-7203> Endereço eletrônico: rshicardo@hotmail.com



RESUMEN

La heteromedicación de los niños para diferentes fines es un fenómeno muy común en la actualidad. En este espacio, proponemos un estudio de casos en los que los tutores administran medicamentos de venta libre a los niños con el objetivo de calmarlos durante su convivencia. Utilizando una metodología mixta, se estudiaron doce casos ocurridos en Brasil y sus respectivos comentarios en internet sobre los hechos. El cruce de datos indica que existe un núcleo central de esta representación, la dificultad en el trato con los niños, y elementos periféricos que encuentran aceptable o no la medicación hetero-moral-infantil. Esta concepción de la niñez tiene una implicación directa en la actividad educativa, ya que la conducta infantil implica la planificación de políticas públicas y enfoques pedagógicos, lo que refuerza la relevancia de este estudio para el campo de la Educación.

Palabras clave: Medicación moral-infantil recta; Representación social; Psiquiatría espontánea.

Introdução

O cuidado com a infância é um assunto de extrema variabilidade cultural e histórica, pois depende de uma representação social sobre o que é uma criança e como deve se lidar com ela. Dessa variabilidade geram-se representações sociais que definem o que é uma criança, do que se gera a necessidade do seu cuidado (ou não). O presente estudo se foca em casos em que crianças brasileiras foram hetero remediadas, ou seja, que foram medicadas para efeitos de ajuste de suas condutas e cujos casos foram expostos em portais de notícias. Portanto, o foco foi em casos em que houve a aplicação do remédio apenas para as crianças em situação de cuidado, sem intenção de crime posterior. Ressalta-se que medicações para posterior furto apareceram muito relacionadas a idosos, cujo torpor poderia servir para amealhar patrimônio, como demonstraram muitas notícias que não entraram neste estudo.

O estudo é de corte misto, levantando os casos em que ocorreram essas medicações na etapa quantitativa, quando foram levantados casos e eles foram estudados segundo variáveis como quem ministrou o fármaco, o local da aplicação, etc. Na etapa qualitativa foram selecionados comentários postados nas mesmas páginas que foram base para a etapa anterior. O referencial teórico abrangeu a teoria das representações sociais sobre crianças: de que modo elas emergem nos momentos em que há a hétero medicação infantil?

A presente pesquisa não é relevante pela larga repetição do fenômeno e que cause um problema social em grande escala, mas sim porque aborda uma violência que não parece violência a uma primeira vista, da cura que na verdade é veneno, da hétero medicação que é duplamente não profissional, pois não é educacional e não é também da área da saúde). Assim, dado que o fenômeno evidencia uma imagem sobre o comportamento infantil, ele se torna relevante ao menos para a área de Educação, por possíveis implicações pedagógicas.

A menor recorrência aponta para uma característica interessante dos dados: não se trata de uma amostra. Os dados levantados estão todos inseridos no estudo, tal qual um censo, e serão apresentados em sua extensão. Esse menor volume de dados, porém, não faz o fenômeno menos humano e também revela uma faceta de relações sociais conturbadas, que tentam ser resolvidas por meio do efeito e não tem suas consequências medidas.

Outro ponto de relevância do estudo é para as ciências jurídicas, uma vez que uma criança é um sujeito de direitos:

Quando a criança, além de ter um corpo valorizado, passa a constituir uma população com direitos e necessidades específicas, está posto o fundamento para o fortalecimento do exercício do biopoder, que, por conseguinte, serviu de justificativa para a proliferação de instituições de policiamento das famílias. Estas receberam a função de proteger a infância ainda tutelada, pois desprovida legalmente de autonomia. A menoridade seria condição problemática à autonomia e, portanto, à liberdade do sujeito de direitos em geral. A criança foi, portanto, alçada ao âmbito dos direitos humanos sem a condição autônoma e livre do estatuto de sujeito de direitos (DECOTELLI, BOHRE, BICALHO, 2013, p.454)

Ou seja, a criança é concebida como alguém a ser tutelado. Logo, a proteção faz parte de seu processo de socialização e, por consequência, ações que contradizem essa diretiva geral acabam por ser moralmente condenáveis. Com relação a esse cuidado, a questão da hétero medicação aparece abrangida pela drogadição:

Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica: (Redação dada pela Lei nº 13.106, de 2015)
Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave (BRASIL, 1990, s/p)

A lei, no entanto, não está apenas garantindo uma autonomia legal, ou impedindo a dependência química. Há também uma questão médica, pois a própria medicina humana possui uma divisão interna entre pediátrica e adulta, pois há diferenças entre os dois organismos e que fundam uma série de especialidades.

A partir de agora, apresentaremos a metodologia, o referencial teórico e então os dados do estudo, para depois chegar à análise global e as considerações finais.



Preliminarmente, podemos adiantar que fizemos uma busca no motor de busca google, nos quais inserimos as chaves de busca: criança+dopada+Brasil, criança+calmante+Brasil. Porém, essa coleta foi parte de uma metodologia mais ampla.

1. Metodologia

O presente estudo é de caráter misto e se localiza entre o quantitativo e o qualitativo, buscando a integração desses dados na busca de um aprofundamento do problema, aproveitando as duas fontes de dados. Assim, houve uma etapa quantitativa e, posteriormente, uma etapa qualitativa, às quais vamos descrever com mais detalhes nesta seção. A ideia é seguir a metodologia mista:

- a) Em resposta às questões e hipóteses, há a coleta e análise de ambos dados, quantitativos e qualitativos; b) Utilizam-se rigorosos procedimentos na condução da pesquisa quantitativa e qualitativa; c) Há integração ou combinação dos achados oriundos dos resultados quantitativos e qualitativos; d) Desenvolvem-se procedimentos nos quais ocorre a coleta, análise e integração dos dados: desenho de métodos mistos; e) relacionados a esses procedimentos (LORENZINI, 2017, p.1550)

Antes da observação, a hipótese desse estudo era a de que o volume quantitativo de comentários indicaria que alguma regra moral relacionada à criança teria sido quebrada e a análise qualitativa, por seu turno, apontaria que há uma representação de criança como um ser puro. Adiante vamos observar que essa hipótese foi refutada. Por este motivo, a etapa quantitativa iniciou em uma pesquisa na internet por notícias, de modo que nas ferramentas de busca foram digitados os termos “dopagem”, “tranquilizantes”, “criança”, “menino”, “menina”, “tranquilizante”, “psicotrópicos”, “babá”, “cuidador” e “crime”, combinando-os e recombinação-os. Disso resultou a tabela 1, que sistematizou os resultados dessa primeira incursão. Os resultados foram tabelados e analisados na etapa respectiva, o que permitiu levantar um perfil mais geral dos casos, buscando as suas regularidades. Depois disso, foi realizada um cotejamento com outros dados para conferir uma explicação sociológica mais ampla para os números obtidos.

Já a etapa qualitativa trabalhou com os comentários nos sites, postados por usuários que se sentiram com liberdade de opinar sobre o assunto nos mesmos sites onde leram as

notícias, quando foram extraídas falas relacionadas ao comportamento das crianças. Cumpre notar que a maioria do material provém do mesmo site, da plataforma G1, como veremos adiante. O tratamento foi realizado pela técnica Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977), buscando a realidade subjacente aos dados apresentados (no caso, as representações que incitam as falas). Trata-se de um conjunto de técnicas que opera por três fases deste método: (a) a pré-análise ou leitura flutuante, (b) a exploração do material e (c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Ou seja, coletamos todas as falas, dispomos em uma página em branco para apreciar seu conjunto.

Por fim, promovemos os cruzamentos dos dados quantitativos com os qualitativos, buscando uma resposta mais complexa para a questão da representação social da criança emergente das situações de hétero medicação moral-infantil. No entanto, para que os parâmetros dos resultados sejam bem perceptíveis, é preciso que o referencial teórico esteja bem estabelecido para que se construa contribuições para as áreas da saúde, de estudos da infância e de educação.

2. Referencial teórico: hétero medicação, crianças e representações sociais

Uma síntese teórica possível para o presente estudo é de que estamos investigando a relação entre os conceitos de hétero medicação e de infância por meio da teoria das representações sociais. Assim, no momento em que ocorre a situação é possível perceber os significados atribuídos para a criança na medida em que há discordância ou concordância com o suposto ato do agressor. Por esse motivo, o indivíduo ser ou não culpado do crime é pouco relevante diante dos sentimentos que ele desperta em diferentes indivíduos, o que evidencia a existência de diferentes representações sociais sobre um mesmo referente.

Dois conceitos clássicos no campo da saúde são o de medicalização e o de automedicação. No entanto, o fenômeno social não se encaixa em nenhum dos dois: primeiramente porque não é uma prescrição médica para resolver quimicamente alguma situação (medicalização) e também não são as crianças que medicam a si mesmas (automedicação). Seria possível evocar o conceito de doping, que é adequado do ponto de



vista bioquímico, mas ele apaga os agentes envolvidos na relação social. Logo, o conceito que mais se aproxima do fenômeno é o de hétero medicação:

Na verdade, já temos muita gente praticando não apenas a automedicação – quando quem se prejudica, em geral, é apenas o cidadão que a faz –, mas a hétero medicação: existem muitos leigos, feiticeros amadores e vizinhos que adoram emprestar aquele remedinho que deu certo para a sua infecção urinária para o amigo com alguma coisa que parece igualzinha à que ele teve há algum tempo e, depois, especula-se como é que isso pode dar certo (NETO, PASTERNAK, 2002, s/p).

Porém, mesmo a hétero medicação é uma categoria mais ampla, e precisamos proceder duas subdivisões para atingir o âmago do fenômeno, senão corremos o risco de tornar o objeto muito geral e pouco concreto. A primeira subdivisão opera naquilo que cura e a outra na faixa etária que pretende alcançar. O primeiro é que a hétero mediação pode se aplicar a qualquer condição que se refere a um processo de cura, tal como descrito algumas linhas acima. Pode ser aplicada, portanto, às doenças somáticas ou psicossomáticas. O caso, aqui, é comportamental: quer-se que o remediado exerça um conjunto de atitudes ligadas à docilidade do corpo mesmo que isso não implique na mudança de personalidade. Logo, é uma hétero medicação de tipo moral, na escolha das atitudes a serem tomadas. O segundo desdobramento ocorre na faixa etária, pois nesse conceito estamos considerando indivíduos na faixa etária pediátrica e não de outras.

Em síntese, a hétero medicação moral-infantil funciona por uma avaliação de um terceiro adulto buscando resolver um problema de convivência pontual. Por conta dos riscos iminentes a essa prática, trataremos a medicalização infantil como um tipo de agressão pelo seu potencial danoso a longo prazo na condição físico-química do afetado. Por esse motivo é que vamos, posteriormente, comparar os dados quantitativos com números relacionados à violência, pois são fenômenos semelhantes na produção de sofrimento (mesmo que os remédios o produzam a longo prazo).

O outro conceito essencial para o estudo é o de criança, que vai ser significado posteriormente pelos diferentes grupos por meio das representações sociais:

Muito antes disso, a criança era um pequeno adulto, sendo que a infância não era considerada uma fase diferencial da vida. O sentimento de infância teve início no século XIII, mas o seu desenvolvimento e estabelecimento foram se dando apenas a partir do século XVI e durante o século XVII. A criança era vista como um pequeno

adulto, e participava do mundo dos adultos (por meio de vestimentas, jogos e trabalho, dentre outros). A etapa de vida da criança era considerada um período de transição, rapidamente superada e sem importância. Isso não quer dizer que as crianças eram abandonadas ou negligenciadas, o que não existia era a consciência da particularidade infantil [...] A infância se tornou um tempo particular da constituição humana, que necessita de preparo e de prevenção para produzir indivíduos capazes para o trabalho e saudáveis, que fizessem parte do corpo social. Assim, instituiu-se a necessidade de a infância ser gerida [...] (BRZOZOWSKI, CAPONI, 2013, p. 210).

Assim, do ponto de vista conceitual, a infância é um construto social que serve para enquadrar estados de existência humanos do ponto de vista cronológico. O mais interessante é que a modernidade se preocupou com a formação da criança, criando para ela um *status* diferenciado com relação aos adultos.

A evidência da relação entre a hetero mediação moral-infantil e a infância é a teoria das representações sociais. Essa teoria foca na existência de entidades comunicacionais quase tangíveis (embora sua manifestação possa ser tangível por completo), que significam o mundo e o tornam familiar. As representações sociais são construídas por grupos e muitas vezes são a "cola" que mantém indivíduos unidos:

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Circulam, se cruzam e se cristalizam sem cessar em nosso universo cotidiano através de uma palavra, um gesto, um encontro. A maior parte das relações sociais estreitas, dos objetos produzidos ou consumidos, das comunicações trocadas estão impregnadas delas. Sabemos que correspondem, por uma parte, à substância simbólica que entra em sua elaboração e, por outra, a prática que produz dita substância, assim como a ciência e os mitos correspondem a uma prática científica e mítica (MOSCOVICI, 2011, p. 27).

Além da definição conceitual em si e que remete ao compartilhamento por indivíduos, é possível também pensar-se a possibilidade de sua gênese e também de sua constituição interna. Isso porque esses processos estão detalhando como a interação ocorre e permitindo um olhar mais apurado.

Quanto a gênese, há os processos de objetivação e ancoragem:

É dessa soma de experiências e memórias comuns que nós extraímos as imagens, linguagem e gestos necessários para superar o não familiar, com suas conseqüentes ansiedades. As experiências e memórias não são nem inertes, nem mortas. Elas são dinâmicas e imortais. Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de se lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela



classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2011, p. 78).

Quando uma pessoa toma contato com um estímulo, ela pode ou ancora-lo em um saber prévio - e daí gerar um julgamento quanto a sua aproximação ou não com esse "arquétipo", como pensou Lopes (2019) - ou criar uma nova representação que, ao contar com aceitação dentro de um grupo, torna-se social. Essa aceitação se expressa por meio da objetificação: a representação de fato possui um referente concreto e de fato explica o mundo. Ambos processos são de muita valia para uma sociologia do conhecimento.

Por fim, existe um estudo “morfológico” sobre as representações, as quais possuem um núcleo central e elementos periféricos:

Haveria assim, em primeiro lugar, um sistema central constituído pelo núcleo central da representação, ao qual são atribuídas as seguintes características: 1. é marcado pela memória coletiva, refletindo as condições sócio histórica; e os valores do grupo; 2. constitui a base: comum, consensual. coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo social; 3. é estável, coerente. resistente a mudança, assegurando assim a continuidade e a permanência da representação; 4. é relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato o qual a representação se manifesta. Suas funções são gerar o significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos (SÁ, 1996, p.22).

Ou seja, esse núcleo é a condição mínima para a aceitação de uma representação. Diante disso, será possível encontrá-lo nas representações que pertencem a um mesmo grupo, pois ele não é explicativo, e sim uma constatação. A diferença entre representações depende dos elementos periféricos:

O sistema periférico apresenta, portanto, as seguintes características: 1. permite a integração das experiências e histórias individuais; 2. suporta a heterogeneidade do grupo e as contradições; 3. é evolutivo e sensível ao contexto imediato. Sintetizando, suas funções consistem, em termos atuais e cotidianos, na adaptação à realidade concreta e na diferenciação do conteúdo da representação e, em termos históricos, na proteção do sistema central (SÁ, 1996, p.22).

Esses elementos periféricos expressam a discordância entre as diferentes leituras de mundo, pois estabelecem um nexos causal que explica a constatação, o que é um julgamento

moral porque dá substrato para outros comportamentos. Em suma, desejamos encontrar as representações sociais que estão tensionadas com a situação exposta e produzindo a ancoragem. Os dados qualitativos expõem o modo como isso é significado, enquanto os dados quantitativos nos dão uma ideia de como a prática costuma ocorrer.

3. Análise dos dados quantitativos

Após a busca nos motores da internet, organizamos os dados encontrados na tabela 1. Estes dados, portanto, são o resultado de observação documental:

Tabela 1: resultados da busca seguindo os parâmetros.

Ano	Cidade	Estado	Gênero do agressor	Local	Drogas envolvidas
2019	Votuporanga	São Paulo	Mulher	Creche municipal	Rivotril
2020	Brasília	Distrito Federal	Mulher	Creche informal	Apevitin, Otosylase, Prednisolona, Histamin, Neotoss, Bromoprida
2019	Canoas	Rio Grande do Sul	Mulher	Casa	Benzodiazepínicos
2017	Piancó	Paraíba	Homem	Creche municipal	Psicotrópicos, remédio para dor de cabeça
2019	Mogi Guaçu	São Paulo	Mulher	Creche municipal	Clonazepam
2020	Belo Horizonte	Minas Gerais	Mulher	Casa	Clonazepam
2019	Araçagi	Maranhão	Mulher	Casa	Clonazepam
2020	Carazinho	Rio Grande do Sul	Mulher	Casa	Diazepam
2013	Ituiutaba	Minas Gerais	Mulher	Casa	Passiflora
2015	Sanharó	Pernambuco	Mulher	Escola Municipal	Comprimidos tranquilizantes na bebida
2020	Minas Gerais	Belo Horizonte	Mulher	Casa	Clonazepam
2009	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Mulher	Casa	Dipirona

Fonte: autoria própria



Podemos observar um número crescente de casos: até 2017, aconteceu, basicamente, um caso por ano; não houve ocorrências em 2018 e explodiram recorrências em 2019 e 2020, com três casos cada noticiados em portais de notícias. Esse aumento pode indicar que houve uma maior circulação dos psicotrópicos nestes anos.

Os estados onde houve mais ocorrências foram os de São Paulo e do Rio Grande do Sul, cada um com 2 no intervalo temporal analisado. Cumpre notar que São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia são os estados com maior registro de violência contra crianças (MINISTÉRIO DO ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2019), e, dos quatro, apenas São Paulo e Minas Gerais apareceram na tabela da hetero medicação moral-infantil. Assim, o fenômeno da violência aparenta ser parcialmente descolado do fenômeno estudado, o que poderia ser investigado qualitativamente se houvesse a possibilidade de escuta dos acusados.

A maioria dos agressores foi composta por mulheres, e apenas um dos participantes era homem. Para efeitos comparativos, no estudo sobre violência, Mãe aparece em 24,9% das repostas, Cuidador(a) e Cuidador(a) 0,6%, Professor (a) foi 0,5% (MINISTÉRIO DO ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2019, p.31). Cumpre notar que ministrar o remédio é uma “agressão não agressiva”, o que explicaria porque as mães optam por ele, já que elas não costumam ser as mais agressivas, segundo os mesmos dados.

Os dados também apontaram uma oposição entre casa e público: 58,3% das situações ocorreram em casa - contrastado com os casos da violência na casa da vítima, que focam 8,4% - e 41,6% foram em instituições - contrastado com os casos das instituições públicas, privadas ou mesmo ilegais - Escola com 0,6%. A proporção, portanto, é mais próxima na hetero medicação moral-infantil, o que dá indícios de que a prática goza de certo simbolismo de não-agressão. Mesmo assim, a casa segue sendo um lugar menos seguro para a criança em qualquer modalidade de violência, e estar em seu domicílio aumenta a chance de esta criança ser hetero medicada.

Por fim, também foram levantadas as drogas utilizadas, pesquisadas externamente por meio de suas bulas digitalizadas:

Tabela 2: sobre os remédios

Tipo	Classe	Fármaco	Descrição na Bula
Psicotrópicos	Benzodiazepínicos	Clonazepam/Rivotril	Clonazepam está indicado isoladamente ou como adjuvante no tratamento das crises epiléticas mioclônicas, acinéticas, ausências típicas (pequeno mal), ausências atípicas (síndrome de Lennox-Gastaut). (CONSULTA REMÉDIOS, 2020, s/p)
		Diazepam	O diazepam está indicado para alívio sintomático da ansiedade , tensão e outras queixas somáticas ou psicológicas associadas com a síndrome da ansiedade. (CONSULTA REMÉDIOS, 2019, s/p)
Fitoterápico	-	Passiflora	Passiflora é um medicamento derivado da flor do maracujá, que possui fortes propriedades calmantes e é utilizado na medicina em tratamentos contra sintomas de ansiedade e irritabilidade do sistema nervoso. (GUIA MÉDICO BRASILEIRO, s/d, s/p)
Não-Psicotrópicos	Analgésicos	Dipirona	Este medicamento é indicado como analgésico e antitérmico (CONSULTA REMÉDIOS, 2020a, s/p)
	Anti-inflamatórios Esteroides	Prednisolona	anti-inflamatório - Prednisolona é indicado como agente anti-inflamatório e imunossupressor (CONSULTA REMÉDIOS, 2020b, s/p)
	Corticosteróides com Antiinfeciosos	Otosylase	Este medicamento está indicado para otite externa e outras inflamações que melhoram com corticoides e nas quais exista suspeita ou presença de infecção por bactérias (CONSULTA REMÉDIOS, 2020c, s/p)
	Antitussígenos Puros	Neotoss	Neotoss® é um medicamento contra tosse que age bloqueando os receptores da tosse. Apresenta uma discreta ação antialérgica, podendo ser usado no tratamento da tosse associada à condição alérgica (CONSULTA REMÉDIOS, 2020d, s/p)
	Orexígenos	Apevitin	Apevitin® BC é indicado como estimulante do apetite. (CONSULTA REMÉDIOS, 2020e, s/p)
	Gastro Procinéticos	Bromoprida	Distúrbios da motilidade gastrointestinal; (CONSULTA REMÉDIOS, 2020f, s/p)
	Antialérgico	Histamin	Histamin® é destinado para alergia, prurido, rinite alérgica , urticária , picada de inseto, conjuntivite alérgica, dermatite atópica (um tipo de inflamação na pele) e eczemas alérgicos (dermatite) (CONSULTA REMÉDIOS, 2020g, s/p)

Fonte: autoria própria.

Apesar de seu uso em quase todos os casos, apenas 3 dos remédios listados foram direcionados para a dimensão psíquica, sendo dois deles benzodiazepínicos (o outro foi um floral, que possui função análoga). Os outros 5 servem para usos alheios, excetuando-se o



antialérgico, que produz letargia como efeito colateral e que poderia ter o resultante “calmante” similar ao psicotrópico. Podemos observar que, desses últimos, foram utilizados o Rivotril/Clonazepam e o Diazepam, que são vendidos sob prescrição médica, e “Talvez o controle da ansiedade seja a maior razão pela qual Rivotril é tão popular entre as pessoas” (AMORIM, 2019, s/p). A bibliografia corrobora essa tendência:

O Brasil é o segundo maior consumidor mundial de Ritalina, uma droga indicada para crianças diagnosticadas com algum distúrbio no aprendizado escolar. Só no ano passado, foram consumidas quase dois milhões de caixas do medicamento, situação que preocupa os especialistas em educação. É difícil resistir à tentação, principalmente se o remedinho promete resolver o problema das crianças na escola (DECOTELLI, BOHRE, BICALHO, 2013, p.447)

Assim, o Rivotril é bastante popular por conta de seu potencial de ação rápida, o que é perfeitamente aplicável para o contexto do cuidado - o que é diferente de um fitoterápico, cuja ação ocorre a longo prazo. O diazepam também é popular não tanto pela sua metabolização, mas sim pelo seu potencial mercadológico: “Entre os benzodiazepínicos disponíveis no Brasil, o diazepam tem vantagens claras sobre o midazolam, já que é aproximadamente 15 vezes mais barato e amplamente disponível em serviços de emergência para o tratamento de convulsões” (MAGALHÃES, 2009, p.1).

O uso desses remédios não chega a causar surpresa, pois sua finalidade é essa mesma. O que é mais inesperado são os medicamentos que servem outros fins e que são ministrados da mesma monta, sem o intermédio de um diagnóstico técnico. Se fosse possível escutar aos acusados, talvez fosse possível encontrar concepções de que o remédio permite contornar uma relação de violência e é benéfico para as relações sociais. Sem evidências, no entanto, tal frase não passa de especulação, mas é possível investigar o assunto por meio dos observadores.

4. Análise de comentários

Cumpramos notar que não foi possível chegar a depoimentos dos acusados, tal como ocorreu com o estudo de Lopes e Capriolli (2020) acerca dos acorrentadores de drogaditos. Aqui, se os acusados explicarem seus atos, estarão assumindo que houve intencionalidade e que, por consequência, há uma culpa direta. Assim, para investigar o problema, optamos por

ler os comentários nas páginas das notícias, na esperança de elas exporem representações sobre as crianças devido a ocasião da hetero medicação moral-infantil.

Aparentemente apenas a representação *stricto sensu* é a que responde ao problema. Porém as outras, ao menos dialeticamente, ajudam na investigação: a professora interage com os alunos diariamente, e o sistema educacional precisa responder a demandas postas também pelos alunos. As falas selecionadas foram aquelas que remeteram ao assunto em si, que foram agrupadas segundo alguns critérios.

4.1 Sobre a professora enquanto pessoa

A notícia que obteve maior repercussão junto aos internautas foi a da professora que colocou calmante em um suco, o que redundou na criação de uma categoria. Quais são as razões para essa notícia ter mais repercussão do que as outras? O site da notícia foi o portal G1, que sem dúvida é o maior dentre todos os sites levantados, porém essa não foi a única notícia analisada dessa plataforma - o que aponta para um potencial de choque muito maior do que as outras notícias que foram vinculadas pelo mesmo veículo de comunicação.

Uma das falas parece ter considerado um acidente o ocorrido: “Me parece que ela não teve intenção. Trata-se de um acidente que felizmente não teve danos sérios” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Ressalta-se que essa é uma leitura literal, não há como saber propriamente se houve uma intenção irônica, porém possivelmente não porque não ficou evidenciada a construção de um contexto adequado para revestir a frase de sentido conotativo. Outro fator que contribui para se afirmar que se trata de uma literalidade foi uma resposta a esse comentário, com o qual o primeiro concordou plenamente e que vamos analisar posteriormente. O restante das falas, decididamente, julga negativamente a professora.

Uma das falas afirmou: “que desculpa mal contada hein tia, é fico me perguntando uma pessoa que tem histórico psiquiátrico dando aula para criança é mais louco e quem admite uma pessoa assim” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Esta fala é rica de significações: a utilização da palavra “tia” ao invés de “professora” já denota uma inversão dos dizeres de Freire (2015), porém outro significado interessante é a da estigmatização do sofrimento



mental, que pode ser um dos substratos para a medicalização de indivíduos: quando se utiliza a expressão “pessoa assim” se está reduzindo o indivíduo ao diagnóstico, ao mesmo tempo em que está se afirmando um essencialismo: o histórico inabilita o indivíduo para exercer a profissão. Assim sendo, a criança aparece como possível gatilho, o que parece não ser compreendido pela administração escolar: “é mais louco e quem admite uma pessoa assim”. Dessa maneira, o despreparo demonstra uma desconexão entre as necessidades infantis e a formação dos professores.

Houve uma fala que estabeleceu o padrão para a reação negativa: “[...] não faz sentido a história dela... diluir medicamento para uso próprio em suco??? quem faz isso? Além do mais a quantidade foi suficiente para dopar várias crianças... provavelmente uma quantidade muito grande para 1 pessoa só” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Nesse depoimento, fica patente o uso de uma lógica em dois fronts: (a) a questão de se diluir o remédio no suco (uma prática que, segundo a lógica, não é comum) e a (b) dose para um indivíduo (que no caso foi atribuída a mais de um indivíduo, os infantes). Esse tópico foi desenvolvido em duas outras manifestações: “Unhum... quer dizer que ela tomava diariamente quantidade de tranquilizante suficiente para dopar 9 crianças, fora o que ela já tinha bebido? Tá bom...” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Aqui, a expressão “Unhum” denota certa ironia no desacreditar do argumento exposto, e, assim, a professora se torna culpada pelos fatos e pela mentira. A outra fala ataca o segundo front: “Nenhuma medicação precisa ser diluída em suco pra ser administrada. Com certeza foi de propósito” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Assim, se o sujeito vai contra a lógica, ele automaticamente está pervertendo os fatos.

O fato de a professora trabalhar no sistema público de ensino abre o flanco de como e por que ela foi contratada pela organização. Esses são os temas da próxima categoria.

4.2 Sobre o sistema educacional

O sistema educacional brasileiro visa possibilitar acesso ao direito básico. Nesse sentido, ele oferece a estrutura, e uma parte dela são os profissionais de ensino superior, que são contratados por via de concursos. Nesse caso, julgando como negativa a atitude, o foco é

na professora exclusivamente enquanto funcionária e nas crianças exclusivamente enquanto alunas.

Algumas falas revelam a inconsistência da burocracia: “...pobre "mestra"...!!!//...cuidado que as funções administrativas podem atrapalhar a aposentadoria especial...” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Nesta fala, está-se problematizando a questão de a punição da professora ser o afastamento para atividades administrativas - a ironia está na punição ser na aposentadoria especial. Nesse caso, a professora enquanto funcionária não está sendo punida. Outra fala afirmou que “O lula pior vagabundo do mundo” (G1 CARUARU, 2015, s/p), o que politizou a questão de vez e pode remeter a uma compreensão de que o governo de Luís Inácio Lula da Silva introduziu mudanças nas políticas educacionais e que redundaram nessa situação apreciada. Outra fala afirmou que “Se o suco era pra ela imagino a qualidade da aula que seria dada” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Assim, a estrutura escolar não está ajudando a professora, e o resultante é um serviço educacional que não é eficiente. Este tipo de interpretação fica evidente em outra fala: “Eh louca de pedra mesmo agora imagina o preparo dessa moça pra lecionar. Bem vindo ao país do carnaval” (G1 CARUARU, 2015, s/p).

Outro eixo é das crianças enquanto alunos. As turmas são caracterizadas, geralmente, enquanto agitadas, o que se mostrou estável ao longo da análise dos dados: “Dilui calmante em jarra de suco? E ainda se esqueceu e deu para os alunos? Conta outra! A professora não estava aguentando a barulheira dos alunos e deu um jeito de acalmá-los (G1 CARUARU, 2015, s/p). Nesse caso, fica bem evidente que o “barulho” estava impedindo o trabalho, o que fica reverberando em outra fala: “a turma tava tão agitada assim?” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Outro ponto de interesse é que um dos comentaristas afirmou que se trata de uma prática comum nos meios escolares: “Salvo raras exceções, esta pratica criminosa é normal em creches” (PERES, 2020, s/p). Assim sendo, se há um crime sendo cometido em larga escala, o sistema educacional não está dando conta de o conter, o que atesta a sua incompetência em proteger as crianças da hetero medicação infantil.



4.3 Sobre as crianças *stricto sensu*

Nesse tópico as crianças são abordadas enquanto crianças, e não somente enquanto alunos. É nele que podemos observar comportamentos mais gerais que são aplicados em sala de aula e que são expressas nesse espaço.

Uma fala refere aos gostos alimentícios: “Se ela tivesse falado que as crianças tinham pedido a Coca-Cola dela, faria mais sentido... que criança hoje em dia cobiça o suco alheio?!?!” (G1 CARUARU, 2015, s/p). A palavra “hoje em dia” mostra uma mudança de valores: a professora está descontextualizada dos hábitos infantis na atualidade. Assim, esse descompasso poderia contribuir para uma possível imperícia da docente, o que resultou na hétero medicação.

Outras falas foram negativas diretamente com os alunos: “Me admira ela não ter metralhado a sala inteira” (G1 CARUARU, 2015, s/p) e “do jeito que são esses alunos tá certo ela” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Ambas manifestações estão em consonância com a ideia de que as crianças, num geral, comportam-se de maneira inadequada ao ponto de justificar-se a agressão ou mesmo a medicalização.

Houve, também, uma fala que concebeu as crianças de maneira positiva: “Mentirosa ela e o advogado pior ainda, conversa para boi dormir!!!ela merece e cadeia para ela aprender respeitar o ser humano e principalmente crianças” (G1 CARUARU, 2015, s/p). Nesse caso, o respeito à dignidade humana é evocado com o fito de afirmar que a professora não tem respeito nem mesmo às crianças, o que as inclui no grupo humanidade e que, por isso, merece respeito intrínseco. Esse seria um elemento periférico, pois nem todas as falas evocam essa dignidade universal para as crianças.

5. Cruzamento dos dados: psiquiatria espontânea

Por meio do cruzamento de dados proposto pela metodologia mista é possível responder a algumas perguntas: (a) Como a criança é definida? (b) Como a medicalização é tratada a situação? e (c) Como o agressor é avaliado após o relato da situação? Por meio dessas respostas podemos chegar a uma reflexão, que é uma ciência da saúde espontânea.

Os dados quantitativos mostraram que a moda dos casos é a da mãe da capital que utiliza remédios psicotrópicos. Por um lado, isso demonstra que existe, de fato, um fenômeno, e essa é o núcleo central da representação. Por outro lado, é possível perceber que, na comparação com os números da violência contra a criança, que o fenômeno tem idiosincrasias (inclusive a subnotificação) que podem ser exploradas por estudos posteriores.

Já os dados qualitativos mostram uma prevalência da criança enquanto aluno e que esta é apreciada no interior do coletivo de estudantes, causando a situação limite. Os dados mostraram que a atitude partindo das mães não foram objeto de espanto tal qual como foram com a professora. Assim, a mãe parece possuir o direito de errar, e a professora é descolada de sua figura de mulher e é associada exclusivamente com a profissão. Assim, a mãe representou o gênero, e a professora o profissional, pois ela é utilizada para simbolizar o todo da ineficiência do governo em lidar com as dificuldades da convivência infantil. No entanto, a criança doméstica, em si mesma, fica apagada por estar no interior da relação familiar. Já com o aluno parece haver mais possibilidade de empatia por conta de estar em contexto escolar, o que explicaria a indignação dos internautas. Assim, a família aparece como um local em que a violência é possível, enquanto na escola não (embora não haja surpresa que ela esteja lá, mas sim uma desesperança).

O cruzamento entre essas qualidades de dado dá a entender que, como núcleo central, a criança brasileira é representada, nos textos como agitada e desrespeitadora das autoridades e aparece como um ser de difícil trato, além de ser irresponsável por seus atos. Outro ponto pacífico é que a hetero medicação consegue reverter isso, pontualmente, por meio do fármaco, e é com isso que se relaciona o elemento periférico: é justo fazê-lo? A essa indagação respondem os elementos periféricos.

Dois elementos periféricos acabam emergindo, e eles divergem na questão da autonomia da criança. Para uma dessas representações sociais a medicação se justificaria, e talvez não seja nem mesmo concebida como agressão por escapar da dimensão física, mas como uma maneira de “ajudar” o infante a não assumir um comportamento que possa causar prejuízo na relação social; a outra representação já afirma que essa autonomia não existe, ela é considerada como heterônoma e não pode ser medicada.



Por fim, quando analisamos a hétéro medicação podemos propor também uma reflexão teórica sobre a prática social. Essa inflexão vai começar com o conceito de sociologia espontânea:

O sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável. Sua dificuldade em estabelecer, entre a percepção e a ciência, a separação que, para o físico, exprime-se por uma oposição nítida entre o laboratório e a vida cotidiana, é tanto maior pelo fato de não conseguir encontrar, em sua herança teórica, os instrumentos que lhe permitiriam recusar radicalmente a linguagem corrente e as noções comuns (BOURDIEU, PASSERON, 2010, p.23)

A sociologia espontânea, portanto, é uma interpretação dos fenômenos sociais sem o intermédio da ciência sociológica, produzida por não profissionais. Ora, o caso aqui é bastante semelhante: os responsáveis observam o comportamento da criança e interpretam como uma doença medicável, da qual se gera uma leitura realizada em termos não profissionais. Um exemplo da complexidade da questão já reside na própria escolha da dose do remédio pois, quando há a prescrição, deve-se levar em conta muitas variáveis para sua administração:

Contudo, os tratamentos matemáticos envolvidos geralmente a tornam uma ciência pouco amigável à maioria dos profissionais que querem compreendê-la e utilizá-la no dia a dia [...] Os parâmetros farmacocinéticos podem ser definidos como constantes biológicas ou relações de proporcionalidade obtidas por meio da aplicação de uma hipótese de trabalho (modelo farmacocinético) na interpretação do destino de um fármaco no organismo (STORPIRTIS, GAI, DE CAMPOS, GONÇALVES, 2011, p.26).

Portanto, o cálculo em si já é bastante minucioso em termos de seus meandros matemáticos, mas há ainda outros fatores como peso, histórico clínico, anamnese, altura, alergias, antepassados, e mesmo assim a dose recomendada será um teste, a ser ajustada ao longo do tratamento. Quando uma pessoa que passou por esses estágios ministra diretamente o remédio em terceiros (sem tomar o risco para si) estamos lidando com uma psiquiatria espontânea. Essa psiquiatria espontânea da hétéro medicação funciona pela proximidade pessoal (parentesco ou escolar): o remediador supostamente conhece a criança pela longa convivência e possui representações sobre psiquiatria que lhe dão segurança para embasar um “diagnóstico”. Mesmo que lhe falte o panorama geral das teorias psicanalíticas, há o conhecimento profundo que permitiria a compreensão, o que excluiria, por exemplo o cálculo

de doses ou o resto do conhecimento bioquímico necessário para que o remédio não se um torne veneno.

Conclusões

O presente estudo abordou, de uma perspectiva da metodologia mista, a representação social da criança brasileira por meio da hétero medicação infantil por parte dos seus responsáveis. Foram abordados 12 casos (na perspectiva quantitativa) e a sua repercussão em comentários da internet (na perspectiva qualitativa). O cruzamento dos dados indicou que há uma representação social das crianças cujo núcleo central se foca em constatar que a criança brasileira é de difícil trato, o que se intensifica nos espaços escolares. Já os elementos periféricos elaboram sobre a justiça da hétero medicação diante desse comportamento prévio. Para encerrar o texto, podemos realizar algumas reflexões oportunizadas pela pesquisa.

A primeira delas diz respeito aos comentários das notícias. A autonomia moral conduz a uma reafirmação do eu, o que o torna basicamente um ser na busca da sua identidade por meio da negação do outro, para proteger seu próprio *self*. Assim, quanto mais fraca a negação ou forte a concretização, menor a indignação, o que redundará nas interações dos usuários nas interfaces das páginas de notícias. E, por essa lógica, a modernidade segue iconoclasta, encarando os símbolos como algo líquido e as manchetes, muitas vezes, se tornam o texto inteiro por buscar o sentimento de indignação.

No entanto, é impossível que uma indignação por um mesmo objeto se mantenha na mesma intensidade, pois ele vai justamente se objetificando e passando a compor o mundo - não se trata mais de um desvio que pode ser corrigido. Um exemplo prático disso é que a violência infantil causou muita indignação em outros tempos, como no caso Nardoni (LOPES, AGUIAR, 2017), porém os casos posteriores não foram alvo do mesmo espanto em igual maneira. No caso da hétero medicação infantil, os dados dão a entender que esse assunto não é tão chocante quanto outros, o que pode indicar que a circunstância histórica não o favoreceu (agressões a crianças não são fato novo) ou que não haver morte choca muito menos, a



despeito das consequências bioquímicas no organismo pediátrico, que não são compreensíveis para leigos.

Assim, o que analisamos aqui foram notícias “fracassadas” no sentido de que não agregaram muitos comentários se comparadas a grandes comoções. Isso abre um nicho para pensar teoricamente a modalidade comunicativa notícia. Ora, notícias ressignificam o mundo da vida dos participantes e a devolve ressignificada para terceiros, na esperança de afetá-los e gerar interação. É, portanto, uma versão recortada e pasteurizada do caos cotidiano. Jornalistas bons se apegam a essas descrições para que os cientistas possam, posteriormente, produzir análises mais amplas, transformando os seus dados em informação. Jornalistas ruins, por outro lado, fazem deduções com base em alguma sociologia espontânea e etnocentrista, sem um levantamento mais extenso de dados e sem ter saído do nível da descrição. Muitas das falas encontradas mostraram que o resultado prático desse processo é uma desistência do mundo e um foco excessivo no dever-ser, o que explicaria a força das manchetes em relação ao texto para muitos públicos leitores. O resultado prático é que o mundo fica menos complexo e mais sombrio, o que alimenta a ansiedade e explica os próprios remédios que acompanham a vida dos supostos remediadores hétero medicantes. Assim, as notícias causam e depois retratam o acontecimento e o retroalimentam, como uma profecia auto-realizada.

Referências

- AMORIM, Mariana. Rivotril: bula, o que é, para que serve, efeitos colaterais e preço. **Ativo Saúde**. 2019.
- ARADHYE, C.; VONK, J.; ARIDA, D. Adults' responsiveness to children's facial expressions. **Journal of Experimental Child Psychology**, n. 135, p. 56-71, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BRASIL. **Lei N 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Ministério da Justiça: Brasília, 1990.
- BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf; CAPONI, Sandra. Medicalização dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 33, n. 1, p. 208-221, 2013.

CONSULTA REMÉDIOS. Bula do Clonazepam. **Consulta Remédios**. 2020. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/clonazepam/bula>. Acesso em 19/02/2021.

CONSULTA REMÉDIOS. Bula do Dipirona Monoidratada. **Consulta Remédios**. 2020a. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/dipirona-monoidratada/bula>. Acesso em 19/02/2021.

CONSULTA REMÉDIOS. Bula do Prednisolona. **Consulta Remédios**. 2020b. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/prednisolona/bula>. Acesso em 19/02/2021.

CONSULTA REMÉDIOS. Bula do Prednisolona. **Consulta Remédios**. 2020c. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/prednisolona/bula>. Acesso em 19/02/2021.

CONSULTA REMÉDIOS. Bula do Neotoss. **Consulta Remédios**. 2020d. Disponível em: https://consultaremedios.com.br/neotoss/p#leaflet_description. Acesso em 19/02/2021.

CONSULTA REMÉDIOS. Bula do Apevitin. **Consulta Remédios**. 2020e. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/apevitin-bc/bula>. Acesso em 19/02/2021.

CONSULTA REMÉDIOS. Bula do Bromopromida. **Consulta Remédios**. 2020f. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/bromoprida/bula>. Acesso em 19/02/2021.

CONSULTA REMÉDIOS. Bula do Histamin. **Consulta Remédios**. 2020g. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/histamin/bula>. Acesso em 19/02/2021.

CONSULTA REMÉDIOS. Bula do Diazepam. **Consulta Remédios**. 2019. Disponível em: <https://consultaremedios.com.br/diazepam/bula>. Acesso em 19/02/2021.

DECOTELLI, Kely Magalhães; BOHRE, Luiz Carlos Teixeira; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. A droga da obediência: medicalização, infância e biopoder: notas sobre clínica e política. **Psicol. cienc. prof.**, v. 33, n. 2, p. 446-459, 2013.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

G1 CARUARU. Professora confessa dar tranquilizante a crianças e alega 'esquecimento'. **G1**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2015/10/professora-confessa-dar-tranquilizante-criancas-e-alega-esquecimento.html>. Acesso em 09/02/2020.

GUIA MÉDICO BRASILEIRO. Passiflora. Sem Data. **Guia Médico Brasileiro**. Disponível em: <https://guiamedicobrasileiro.com.br/passiflora/>. Acesso em: 19/02/2021.

LOPES, Ricardo Cortez. **Construindo Contextos: Uma contribuição sociológica para compreender a relação indivíduo e sociedade**. Curitiba: Viseu, 2019.

LOPES, Ricardo Cortez. DE AGUIAR, Taylor. O julgamento moral através de uma perspectiva socioantropológica: uma problematização do caso Isabella Nardoni a partir do método webnográfico. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 19, n. 26, p. 93-111, 2017.



LOPES, Ricardo Cortez; CAPRIOLLI, Aline Bernardi; ARPINI, Aline Andreia. Que sociabilidade se pretende criar ao se acorrentar um drogadito? Uma Análise das declarações dos acorrentadores. **Orbis Latina**, v. 10, n. 3, p. 173-201, 2020.

LORENZINI, Elisiane. Pesquisa de métodos mistos nas ciências da saúde. **Revista Cuidarte**, v. 8, n. 2, p. 1549-1560, 2017.

MAGALHÃES, Pedro Vieira da Silva. Uma reavaliação do Diazepam intramuscular para emergências psiquiátricas. **Archives of Clinical Psychiatry**, v. 36, n. 3, p. 122-122, 2009.

MINISTÉRIO DO ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Disque Direitos Humanos**. Brasília: Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2011.

NETO, Vicente Amato; PASTERNAK, Jacyr. Medicamentos de alta complexidade. **Jornal da USP**, ano XVIII no.623, 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp624/pag02.htm>. Acesso em 18/02/2021.

PERES, Sarah. Mulher é presa por dopar crianças em creche no Cruzeiro Velho. **Correio Braziliense**. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/08/4871040-mulher-e-presa-por-dopar-criancas-em-creche-no-cruzeiro-velho.html>. Acesso em 09/02/2020.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas em Psicologia**, v. 4, n. 3, p. 19-33, 1996.

STORPIRTIS, Sílvia; GAI, María Nella; DE CAMPOS, Daniel Rossi; GONÇALVES, José Eduardo. **Farmacocinética básica e aplicada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 15 de julho de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 18 de novembro de 2021.